



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO IV - Número 34
Brasília, 10/10/2011

ESPECIAL - II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - Balanço I

2.559 delegadas, dentre elas 425 delegadas governamentais do governo federal, além de jovens, índias, idosas, com deficiência, negras, lésbicas, se reuniram, de 17 a 20 de agosto, durante a II Conferência Nacional de Política para as Mulheres (II CNPM) com o objetivo de avaliar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e discutir a participação das mulheres nos espaços de poder. O evento, que ocorreu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, também contou com a participação de 200 convidadas.



Balanço II

O processo da II CNPM envolveu 195 mil mulheres de todos os cantos do País. De março a julho deste ano, foram realizadas 600 conferências municipais/regionais e estaduais, envolvendo 1.616 municípios, onde se discutiu a realidade social, econômica, política e cultural brasileira e os desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de debater sobre a participação feminina nos espaços de poder.



Balanço III

A solenidade de abertura da II Conferência contou com as presenças do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da primeira-dama Marisa Letícia, da ministra da SPM, Nilcéa Freire, das ministras Dilma Roussef (Casa Civil), Guilherme Cassel (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Marina Silva (Ministério do Meio Ambiente), Marta Suplicy (Ministério do Turismo), Matilde Ribeiro (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), Márcia Bassit (ministra interina do Ministério da Saúde), dos ministros Fernando Haddad (Ministério da Educação), Orlando Silva (Ministério do Esporte), Luís Dulci (Secretaria Geral da Presidência), Altemir Gregolin (Aquicultura e Pesca), da presidenta da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Coelho, e de representantes da sociedade civil como Jacqueline Pitanguy, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher à época da Constituinte, Carmen Helena Foro, representando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Lúcia Stumpf, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Ana Falú, representando o Sistema das Nações Unidas, além de senadoras/os, deputadas/os federais e estaduais, prefeitas/os, vereadoras/es e ministras e secretárias da mulher de países Latino-Americanos e africanos.



AGENDA

Jovens feministas

Durante a II CNPM, a ministra Nilcéa Freire se reuniu com delegadas do movimento de jovens feministas e se comprometeu a realizar uma videoconferência para discutir as demandas do segmento de forma democrática e participativa e um seminário para a preparação da Conferência Nacional da Juventude, a ser realizada em 2008.



ACONTECEU

Momento Cultural

Diversidade de estilos e músicas. Este foi o clima da festa cultural preparada para as participantes da II Conferência de Mulheres, na noite de sábado (18/08), no Minas Tênis Clube, em Brasília. A festa foi aberta com a música eletrônica da DJ carioca Evelyn e também contou com a contagiante percussão do grupo brasileiro Batalá, formado só por mulheres. Depois da percussão, foi a vez do grupo sul-matogrossense Sampri -

Prevenção à violência I

Em seu discurso durante a solenidade, o presidente Lula reafirmou seu compromisso com a implementação da Lei Maria da Penha, anunciando o investimento de R\$ 1 bilhão, até 2010, em ações de prevenção à violência contra a mulher, na atenção, na proteção e no combate à impunidade dos agressores. Lula também falou da sua intenção em transformar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em uma ação permanente do Estado Brasileiro, com a intensa participação dos diversos ministérios e da sociedade.

[Leia na íntegra o discurso do presidente](#)



Prevenção à violência II

Os recursos anunciados fazem parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, a ser coordenado pela SPM. Para a prevenção da violência, diversos ministérios e secretarias especiais estarão envolvidos: Políticas para as Mulheres, Justiça, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Cidades, Desenvolvimento Agrário, Cultura, Direitos Humanos e Políticas de Promoção da Igualdade Social.



Prevenção à violência III

Dentre as várias ações previstas estão o incentivo à criação de juzizados de violência doméstica e familiar contra a mulher pelos Tribunais de Justiça dos Estados, o fortalecimento da rede de atendimento à mulher em situação de violência com a implantação de novos centros de referência, defensorias públicas, casas-abrigo e delegacias especializadas em parceria com governos estaduais e municipais.



País menos desigual

Durante a abertura, a ministra Nilcéa Freire iniciou seu discurso com versos de Cora Coralina. Depois, destacou os avanços dos três primeiros anos de implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). "Nesses últimos anos, o Brasil ficou menos desigual, mas o nosso passivo de desigualdade ainda é colossal", afirmou. Para ela, o PNPM transformou ações isoladas em políticas que cada vez mais se aproximam do formato de uma política de Estado, como é o caso da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e da Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos. [Leia na íntegra o discurso da ministra.](#)



Sub-representação feminina

Apesar das conquistas, a ministra disse em seu pronunciamento que a democracia brasileira está em débito com as mulheres por causa da sub-representação nos espaços de poder brasileiros. "A sub-representação empobrece a democracia e perpetua as desigualdades. A paridade é uma meta a alcançar e um desafio que nos colocamos nesta II Conferência".

composto em sua maioria, por mulheres.



Pactuações

No processo da II CNPM, mais 10 governos estaduais firmaram compromisso para a implementação do PNPM. Entre janeiro de 2005 e junho de 2007 foram assinados cerca de 300 pactos e 24 estados já aderiram ao Plano.



Diálogo jovem

Jovens feministas de diversas regiões do país e organizações se reuniram com a ministra Nilcéa Freire, no decorrer da II CNPM, para discutir a participação e o empoderamento das mulheres jovens em diversos espaços políticos e de poder. Também esteve em pauta a participação das mulheres jovens no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.



Siga Bem Mulher

A Caravana Siga Bem Caminhoneiro, Siga Bem Mulher, formada por sete caminhões e patrocinada pela Petrobras, estacionou no domingo (19/08), em frente ao Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, para prestar uma homenagem às cerca de 3 mil mulheres presentes na II CNPM e demonstrar solidariedade às causas

É preciso mais envolvimento I

No segundo dia de Conferência durante o painel "Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: Balanço e Perspectivas", a ministra defendeu mais envolvimento da sociedade e dos governos municipais e estaduais na implementação do PNPM. "Na I CNPM, a perspectiva era de um plano do Governo Federal, agora é preciso ampliar o processo de estadualização e do Plano Nacional".

É preciso mais envolvimento II

Também estavam presentes à mesa as ministras Marina Silva (Ministério do Meio Ambiente) e Matilde Ribeiro (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e o ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência da República), além da professora doutora da Universidade de Brasília, Lia Zanotta (Conselho Nacional de Direitos da Mulher) e da integrante da Comissão Organizadora da II CNPM e representante da Articulação de Mulheres Brasileiras, Schuma Schumacher.

feministas. Na ocasião, foram distribuídos 3 mil minibuquês de margaridas às participantes da conferência numa alusão à Marcha das Margaridas. Evento reuniu mais de 30 mil trabalhadoras rurais na capital federal na terça-feira e quarta-feira.

Expediente:

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale (DF 2488JP)

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.

Balanço do PNPM I

Sob a perspectiva do Plano, a ministra da SPM destacou como uma das limitações da implementação do plano no período 2003-2006, a dificuldade de inserção das ações no Plano Plurianual do Governo Federal. Segundo ela, a I CNPM aconteceu em um momento que o PPA já estava finalizado, então, foi necessário fazer ajustes conforme as prioridades. "Agora, temos uma II CNPM acontecendo paralela à discussão do novo PPA e nós já encaminhamos para cada ministério e secretarias especiais sugestões para que as questões relacionadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres figurem no orçamento de cada órgão".

Balanço do PNPM II

As delegadas da II CNPM também destacaram os avanços e os obstáculos na implementação do PNPM de 2004 até hoje. A sanção da Lei Maria da Penha, por exemplo, foi considerada como uma das conquistas no enfrentamento da violência contra as mulheres. Outros destaques foram a criação da comissão tripartite para a revisão da legislação punitiva sobre o aborto e o encaminhamento de um projeto ao Congresso Nacional, o aumento do crédito para as trabalhadoras rurais, o estímulo à elevação da escolaridade e ao enfrentamento ao analfabetismo das mulheres, o apoio a projetos de geração de trabalho e renda etc. Porém, o não cumprimento das normas federais de padronização de procedimentos pelas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs) por parte dos Estados, a não redução da mortalidade materna, a descontinuidade da tramitação do projeto de lei de interrupção voluntária da gravidez, além da inexistência de um orçamento de gênero no Plano Plurianual do Governo Federal, foram apontados como desafios a serem superados nessa nova etapa do PNPM.

Mais 6 eixos no PNPM

Mais seis novos eixos foram incorporados ao PNPM: participação política das mulheres e igualdade em todos os espaços de poder; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade, na floresta com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; direitos das mulheres à terra e moradia digna, bem como serviços com cidadania, garantindo a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais, considerando as etnias e comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia: igualitária,

democrática e não discriminatória, não-sexista, anti-racista, não lesbofóbica e não homofóbica, com controle social; enfrentamento do racismo, sexismo, lesbofobia; e enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres jovens, idosas em suas especificidades e diversidades.



Saúde das mulheres

O já existente eixo saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos incluiu como prioridade a reapresentação ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, do projeto de lei que prevê a interrupção voluntária da gravidez até a 12ª semana, por decisão das mulheres, e até 20 semanas se a gravidez resultar de violência sexual. Outra prioridade é a proposta de licença maternidade de 6 meses para as trabalhadoras de todo tipo de regime de trabalho.



Educação

No eixo da educação inclusiva deliberou-se pelo aumento de investimentos do Fundo de Desenvolvimento de Educação Básica (Fundeb) para ampliar o atendimento de crianças até três anos em creches públicas.



Mulheres nos espaços de poder I

O painel "Participação das mulheres nos espaços de poder" reuniu autoridades nacionais e internacionais que apresentaram experiências e propostas para que a mulher aumente a sua participação nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos países da América Latina e Caribe. Participaram dele, a deputada nacional Argentina, Juliana Marino; a ministra da Família e Promoção da Mulher de Angola, Cândida Celeste da Silva; a presidenta do Partido Ação Cidadã da Costa Rica e coordenadora da Rede de Mulheres Afrolatinoamericanas e Afrocaribenhas, Epsy Campbell, a secretária-executiva da Rede de Mulheres do Mercosul, Lílian Celiberti e foi moderado pela conselheira do CNDM Beatriz Fett.



Mulheres nos espaços de poder II

O modelo argentino de cotas partidárias para mulheres foi apontado como exemplo de experiência bem sucedida durante o painel que apresentou as experiências internacionais de participação das mulheres nos espaços de poder.



Cotas partidárias I

Participação das mulheres nos espaços de poder

A lei de cotas foi incluída na reforma constitucional Argentina de 1994, assegurando avanços como o aumento da representatividade das mulheres em sindicatos e nos poderes Executivo e Judiciário. "O efeito da lei foi multiplicador, desde sindicatos até a corte suprema. Foi um avanço cultural para o país", reconheceu a parlamentar, destacando, inclusive, que hoje a Argentina tem chances de vir a ter uma presidenta da República, com a candidatura de Cristina Kirchner.



Cotas partidárias II

Participação das mulheres nos espaços de poder

Para Epsy Campbell, a Argentina é um bom exemplo de como as mulheres se juntaram para monitorar o conteúdo de uma lei. No entanto, ela destacou que além de garantir o acesso das mulheres nos espaços de

poder é preciso "enegrecer a política". Segundo ela, as cotas de participação de mulheres nos espaços de poder ajudam os países da América Latina e do Caribe a enfrentar o sexismo, mas o racismo permanece intacto.



Experiência brasileira I

O caso brasileiro foi amplamente debatido no painel "Participação das mulheres nos espaços de poder: a experiência brasileira" que reuniu a prefeita de Fortaleza (CE), Luizianne Lins; a deputada federal, Luiza Erundina; a ministra do Superior Tribunal de Justiça, Eliana Calmon; a ex-deputada e secretária de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia de Niterói (RJ), Jandira Feghali; a pesquisadora da Universidade Federal da Bahia e representante do movimento negro e de mulheres, Luiza Bairros; e a representante do SOS Corpo, Betânia Ávila.



Experiência brasileira II

"A participação das mulheres começa nos movimentos sociais, políticos e sindicais, mas, infelizmente, quando elas vão compor efetivamente os cargos de direção, esse direito lhes é negado. É contra isso que temos de lutar dia e noite", destacou a prefeita de Fortaleza para quem a desigual divisão sexual do trabalho contribui para impedir o acesso aos espaços de poder.



Experiência brasileira III

Apesar de apoiar as ações afirmativas para garantir o acesso das mulheres aos espaços de poder, Luizianne acredita que a lei de cotas (9.504/97) não é cumprida porque não há cobrança da sociedade brasileira. Essa lei estabeleceu a obrigatoriedade de reserva de, no mínimo, 30% das vagas de candidaturas dos partidos políticos para as mulheres.



Experiência brasileira IV

Para a deputada federal Luiza Erundina o fato de a lei não incluir sanção dificulta o seu cumprimento pelos partidos políticos. "Infelizmente, a estrutura dos partidos políticos, independente da sua ideologia, ainda é patriarcal e machista. Portanto, a lei de cotas é uma conquista insuficiente", afirmou. A deputada demonstrou grande preocupação com a sub-representação das mulheres no parlamento brasileiro.



Experiência brasileira V

Em sua intervenção, Erundina lembrou que, durante um seminário realizado recentemente na Câmara dos Deputados, o Brasil ocupou o "vergonhoso" penúltimo lugar entre os países convidados que estiveram presentes ao evento para discutir o tema "Mulheres no Parlamento". Entre os participantes, Ruanda foi o país com o maior número de mulheres no legislativo federal (48,8%); seguida pela Suécia (45,3%); Costa Rica (38,6%), Argentina (35%), Chile (12%), Brasil (8,8%) e Palestina (8,2%).



Consenso de Quito

Participação das mulheres nos espaços de poder: a experiência brasileira

As participantes do painel "Participação das mulheres nos espaços de poder: a experiência brasileira" enfatizaram também a importância do Consenso de Quito, aprovado na X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e o Caribe, realizado no início de agosto, em Quito, no Equador. No documento, os países signatários vão adotar medidas para garantir a participação das mulheres em cargos públicos,

desenvolver políticas eleitorais que determinem aos partidos políticos a incorporação de uma agenda das mulheres nos seus programas e um enfoque de gênero em seus conteúdos e estatutos de participação igualitária.



Mulheres no Judiciário I

Participação das mulheres nos espaços de poder: a experiência brasileira

Mais de 40% da base do Poder Judiciário é composto por mulheres magistradas. No entanto, ainda há poucas na cúpula desse poder. Para ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Eliana Calmon, a minoria das mulheres que ocupa esses espaços de decisão, tanto no STJ quanto no Supremo Tribunal Federal (STF), devem muito ao movimento de mulheres.



Mulheres no Judiciário II

Participação das mulheres nos espaços de poder: a experiência brasileira

Segundo a ministra do STJ, durante IV Conferência Mundial de Mulheres (Beijing), realizada em 1995, em Pequim, o movimento de mulheres e feministas fez com que o governo brasileiro assumisse o compromisso de garantir assento às mulheres na cúpula do Judiciário. Com isso, foi possível que a primeira mulher chegasse ao Superior Tribunal de Justiça e ao STF.



Lei Maria da Penha

Participação das mulheres nos espaços de poder: a experiência brasileira

Em sua palestra, Eliana citou a dificuldade de algumas magistradas em compreender a dimensão da Lei Maria da Penha. Algumas magistradas não tinham a real compreensão de que a lei 9099 (anterior à Lei Maria da Penha que permitia que os casos de agressões à mulher fossem julgados pelos Juizados Especiais Criminais e estabelecia penas pecuniárias e prestação de serviços para o agressor) era nociva às mulheres em situação de violência. "Elas não tinham o retorno do mal que a lei 9099 estava fazendo à sociedade".



Paridade de gênero

Dar oportunidade às mulheres desde a base para garantir maior participação nos espaços de poder. Foi uma das principais conclusões da II CNPM, que terminou na segunda-feira (20/08). A plenária da conferência referendou 28 recomendações para garantir a paridade de gênero nos espaços de poder, que serão encaminhadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e aos partidos políticos, e aprovou 33 moções, dentre elas de apoio, de repúdio, de reconhecimento etc.



Indígenas

32 indígenas, das 2.559 delegadas, participaram da II CNPM para avaliar a implementação do PNPM e discutir a participação de mulheres no espaço de poder. Uma das reivindicações à SPM foi a realização do I Seminário Nacional de Mulheres Indígenas, com o objetivo de diagnosticar a situação atual de mulheres indígenas no Brasil.



Marcha das Margaridas I

A ministra Nilcéa Freire, junto com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, a

ministra da Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, parlamentares, representantes de movimentos populares e de organismos internacionais abriram na terça-feira (21/08) a 3ª edição da Marcha das Margaridas, cujo tema foi "2007 Razões para Marchar".



Marcha das Margaridas II

Na quarta-feira (22/08), a Esplanada dos Ministérios ficou verde e lilás. Mais de 30 mil trabalhadoras rurais, "margaridas", marcharam pela capital federal reivindicando direitos previdenciários, contra a violência sexista e por segurança alimentar. Na ocasião, Nilcéa Freire anunciou o atendimento das reivindicações que contavam na pauta apresentada pela Marcha das Margaridas. O anúncio foi feito em nome do Governo Federal e significa um reconhecimento da importância da SPM como articuladora e executora de políticas públicas para as mulheres. Além do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da primeira-dama Marisa Letícia e da ministra Nilcéa Freire, também participaram do evento os ministros Luís Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência, José Gomes Temporão, do Ministério da Saúde, e Guilherme Cassel, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as ministras Marta Suplicy, do Ministério do Turismo, Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.



Pauta de reivindicações

Dos 107 itens da pauta de reivindicações das trabalhadoras rurais, 13 pontos prioritários foram atendidos pelo Governo Federal. [Leia na íntegra as principais reivindicações.](#)



Fórum de trabalhadoras rurais I

No encerramento da Marcha das Margaridas (22/08), Nilcéa Freire assinou Portaria que institui o Fórum Nacional de Elaboração de Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Seu objetivo é formular e debater propostas de políticas públicas relacionadas à problemática e à realidade dessas mulheres. Coordenado pela SPM, o Fórum é constituído pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Saúde; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Justiça; e do Meio Ambiente, pela Secretaria-Geral da República, pelas Secretarias Especiais de Políticas da Promoção da Igualdade Racial; e de Direitos Humanos, pela Marcha Mundial das Mulheres, pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, pelo Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia; Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco.



Produtos agrícolas

A marcha também contou com a Feira Solidária das Margaridas - local para expor e vender produtos do campo. Com cerca de 20 estandes de artesanatos e produtos agrícolas de todas as regiões do país, a feira, que estava montada no Pavilhão de Exposições, no Parque da Cidade, representou um momento de socialização e troca de produtos com base nos preceitos da economia solidária. No período da noite, grupos regionais formados por mulheres animaram o encontro.



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui.](#)

Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone:: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br